



# Anais da Assembléia

D.A. 124

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Trajano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1997**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Hidekazu Takayama e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Emanuel de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Itambaracá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 03, de 08.02.97).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 008/97**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Emanuel de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Itambaracá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Verificação de votação.

Chamada nominal requerida pelos ilustres Deputados Edno Guimarães e Horácio Rodrigues.

A chamada nominal será feita pelo Deputado Takayama.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Dado número regimental, coloco em votação.

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, que-

ria requerer à Mesa para que esta Presidência diligenciasse se o Deputado Florisvaldo Fier, alcunhado de Doutor Rosinha - que viajou durante 60 dias - recebeu os salários, ou os teve descontados. Ele retornou às sessões no dia de hoje, e já não compareceu nas sessões finais do mês de junho - aliás, um período muito intenso de trabalho, que foi a votação da LDO.

Queria fazer esta questão de ordem e requerer à Mesa se o Deputado teve descontadas as faltas que teve, porque não houve autorização pelo Plenário desta Casa para que o mesmo pudesse se ausentar do País. Queria que Vossa Excelência pudesse responder esta questão de ordem. Não precisa ser nesta sessão. Naturalmente Vossa Excelência vai informar-se e quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Iremos transmitir a questão levantada por Vossa Excelência ao 1º Secretário da Casa, que cuida da matéria atinente ao seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha, pela ordem.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Entendo a revolta do Deputado Romanelli, porque talvez ele esteja com muita dívida para pagar, e quer receber por Sessões Extraordinárias, onde se votam declarações de Utilidade Pública e sem quorum. Acho que todos nós desta Casa - todos - se quisermos a defesa de um Parlamento íntegro e de um Parlamento sério, temos que estar presentes em todas as sessões, independente de ordinárias ou extraordinárias, com pautas conseqüentes de votação.

Quanto à minha ausência, ela deu-se do dia 04 de junho ao dia 14 de agosto. Durante 30 dias estive na Espanha a convite da Embaixada daquele País, protocolado nesta Casa e autorizado pela Presidência desta Casa. Durante os outros 10 dias estive em Portugal a convite do PSR - Partido Socialista Revolucionário, onde participei de reuniões daquele Partido. Portanto, saí oficialmente deste País, e quero dizer ao Deputado Romanelli que, se ele quiser, fazemos qualquer tipo de debate político quanto à moralidade, quanto à honradez deste Parlamento e na vida pública.

Deputado Romanelli, se esse é o jogo que quer, daqui para frente terá, porque se até agora tive comportamento ético com todos os Deputados, e essa postura de Vossa Excelência, entendo como uma postura de alguém desesperado, que quer buscar dinheiro em troca de Sessões Extraordinárias que - me perdoem - com uma pauta que não deveria estar em Sessão Extraordinária.

O Artigo 28 do Regimento Interno diz (Lê): "Declarações de Utilidade Pública podem ser aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça, sem a necessidade de vira para o Plenário desta Casa..." No entanto, se faz Sessão Extraordinária para receber extraordinariamente. Assim não se ganha respeito da população! Assim não se ganha respeito da sociedade paranaense!

O que fiz, como Parlamentar, foi o pedido de quorum, única e exclusivamente para votar a sessão. Única e exclusivamente! Está no Regimento Interno que, sem quorum, não se deve aprovar matérias. Está autorizado a todos, pode conceder todos os convites que recebi, pode ir lá o Deputado Romanelli, pode fazer as ações públicas que ele achar interessante, os convites, a autorização dada pela Presidência desta Casa, antes da minha viagem, e quero dizer ao Deputado que talvez ele desconheça o Regimento Interno: "Ausência do País, de Parlamentares, não precisa autorização desta Casa."

Recentemente o Deputado Anibal Khury esteve em tratamento de saúde na Espanha. Não foi votado no Plenário desta Casa, assim como o meu também não teve que ser votado. Porque, para qualquer um de nós, basta fazer a comunicação à Presidência desta Casa a quem está indo - qualquer um de nós. E essa polêmica - quero lembrar - foi levantada no primeiro mandato do Deputado Pedro Tonelli, quando esteve em El Salvador e comunicou à Presidência desta Casa. Quiseram cassar o mandato dele aqui dentro, porque, naquela ocasião, Pedro Tonelli tinha ido a El Salvador. E não deu em nada, porque foi comunicado à Presidência e à Mesa Executiva desta Casa, como fiz agora.

E quero dizer ao Deputado Romanelli que deve ser a terceira viagem minha ao exterior e sempre comunicando à Mesa da Casa, nunca sendo votada em

Plenário. Será votada, um dia, se eu for Governador, Romanelli!!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva não aceita as ponderações feitas pelo Deputado Doutor Rosinha, porque este Parlamento é idôneo, responsável e, acima de tudo, os 53 Senhores Parlamentares sempre se pautaram dentro dos princípios morais que o cargo realmente compete. E Sua Excelência o Presidente Anibal Khury tem demonstrado que, entre os Paramentos brasileiros, o que melhor tem respaldo da população, e principalmente nos atos que pratica, é esta Casa.

Não precisa ninguém ser professor de Deus e vir ditar normas aqui neste Plenário. Acredito que todos os senhores são responsáveis e, acima de tudo, na pauta de hoje temos o Projeto de Lei nº 315/97, que não é Utilidade Pública, e sim uma Mensagem enviada pelo Senhor Governador, pedida por um Senhor Deputado desta Casa, para que fosse incluída aqui, nesta Ordem do Dia, e que fosse votado nesta sessão que ora está se realizando.

Respeitamos a posição do Deputado e queremos que daqui para a frente a unidade e, principalmente, a respeitabilidade entre os 54 Senhores Parlamentares continue sendo harmônica, como foi até o dia de hoje.

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/97, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Comunhão Espírita Cristã, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 10.03.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 079/97

###### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, visa declarar de Utilidade Pública a Comunhão Espírita Cristã, com sede e foro no Município de Londrina.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos

Curitiba, terça, em 19.08.97

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Paz, com sede e foro no Bairro do Boqueirão, na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 14.05.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 216/97

###### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Paz, com sede e foro no Bairro do Boqueirão, desta Cidade e Comarca de Curitiba.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, de 04.06.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 255/97

###### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado João Techy Filho, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Padre João Roberto Cecconello, parte do imóvel de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná, situado nesta Capital, no Bairro do Novo Mundo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 30.06.97, Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 315/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Padre João Roberto Cecconello, parte do imóvel de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná, situado em Curitiba, no Bairro Novo Mundo.

Esta Comissão manifesta-se favoravelmente à matéria, vez que o imóvel será cedido em caráter precário, somente para ser utilizado para manter o referido Albergue, podendo o Estado retomar a qualquer momento, não contrariando a legislação em vigor.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão Ex-

traordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 20, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 079, 216, 255 e 315/97.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

##### PORTARIA Nº 103/97

conceder, a THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, funcionária desta Assembléia Legislativa, matrícula nº 40463, licença a partir de 05.08.97 a 30.08.97.

(Prot. nº 7320/97)

##### PORTARIA Nº 104/97

conceder, a ELIANE FREITAS, funcionária desta Assembléia Legislativa, matrícula nº 1925, licença maternidade a partir de 10.07.97 a 08.11.97.

(Prot. nº 7319/97)

##### PORTARIA Nº 105/97

conceder, a LIVETE DE ANDRADE, funcionária desta Assembléia Legislativa, matrícula nº 40741, licença maternidade, a partir de 28.06.97 a 26.10.97.

(Prot. nº 7318/97)

##### PORTARIA Nº 106/97

colocar a disposição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor KELSON DANIEL FELDE COELHO DE ANDRADE, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

##### PORTARIA Nº 107/97

colocar a disposição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor RODRIGO BRUSTOLIN POSTI-GLIONI, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 108/97

Curitiba, terça, em 19.08.97

colocar a disposição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor CRISTIANO JUSTOS SOARES DE LIMA, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL,  
EM 18.08.97.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral